

Mulford não causa alarme

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — As declarações do subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, insinuando que o Brasil corre o risco de não receber os US\$ 2 bilhões do acordo em negociação com o FMI, se não pagar pelo menos parte dos juros e serviços atrasados de sua dívida com os bancos credores, não causaram surpresa, às vésperas da reunião anual da instituição.

"Afim, o que ele deveria dizer?", indagou uma graduada fonte financeira da capital americana. "Que dissesse que está tudo bem diante de um calote. Ele é funcionário do Tesouro americano e há coisas, por isso mesmo, que ele tem que dizer. Como, por exemplo, que todos os devedores devem pagar suas dívidas".

A mesma fonte, embora se negasse a dizer que as chances do Brasil de assinar um acordo com o FMI nesta reunião estivessem perdidas, alertou que as palavras de Mulford certamente provocarão algumas turbulências para a delegação brasileira. "Elas dão mais força à gritaria dos bancos para receberem seu dinheiro", admitiu. Com a suspensão do pagamento, no final do governo do presidente José Sarney, o Brasil já acumula US\$ 7,1 bilhões em juros atrasados.

Na Embaixada brasileira, as palavras do subsecretário do Tesouro foram recebidas sem muito alarme. Repetiu-se o posicionamento já manifestado pelo ministro da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ao enunciar os princípios básicos

da estratégia de renegociação da dívida externa. "David Mulford não condicionou uma coisa (o pagamento de juros) à outra (o acordo com o FMI)", disse um funcionário. "Nós achamos que nem o Fundo nem o governo americano vão defender uma coisa tão pequena, diante de algo maior como o plano econômico que o país está implementando".

O diplomata ressaltou que, se o FMI insistir no pagamento dos juros devidos aos bancos, estará indo contra seus preceitos de modernização econômica. Essa é a opção que os técnicos do organismo reconhecem como a única de que dispõe o Brasil e outros países em situação semelhante, para aumentar sua capacidade de produzir, gerar renda, receber investimentos e, conseqüentemente, pagar o que deve. O governo brasileiro acredita firmemente que o FMI não vai retroceder ao início dos anos 80, quando assumia o papel de polícia dos bancos diante dos maus pagadores.

"Hoje o FMI e os governos dos países industrializados sabem que há muito mais em jogo", afirmou o diplomata. Confiante em que dispõe de poder de barganha, o Brasil permanece, pelo menos por enquanto e apesar do subsecretário David Mulford, na posição estabelecida no início da administração do presidente Fernando Collor. O país reconhece que deve, mas só vai reiniciar o pagamento dos juros depois de concluir um acordo com os bancos credores sobre a dívida que seja, acima de tudo, de longo prazo e estável.